



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Administrativa

Prova Cargo MC03/BX03, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Riscos da advocacia invadida

Tanto quanto se saiba, a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia, apreendido papéis e praticado outras violências. A versão oficial diz que as chamadas invasões não existem, pois se trata de ingressos autorizados por ordem judicial para fins determinados, relativos a investigações na apuração de responsabilidades graves.

A regra essencial a esse respeito é, porém, a da inviolabilidade do escritório do advogado. Sou advogado, além de jornalista e, portanto, parte interessada. Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação. Começemos pelo inciso 6 do artigo 5º da Carta Magna, o qual afirma ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A advocacia exige qualificações específicas, na Carta Magna e na Lei nº 8.906/94, consistentes no diploma do bacharel em ciências jurídicas, no registro profissional na Ordem dos Advogados, depois da aprovação no Exame da Ordem.

Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis. Nem será possível se o advogado puder ser constrangido a informar fatos relativos a seu cliente.

O sigilo do médico e o do sacerdote têm força igual à do sigilo do advogado. Daí dizer a Lei nº 8.906/94, no inciso 19 do artigo 7º, ser direito deste profissional recusar-se a depor como testemunha, mesmo quando autorizado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. Se não pode depor, mesmo em juízo, imagine-se a gravidade de ver apreendido, em seu escritório, documento que implique em responsabilidade de seu cliente.

Tem havido, porém, escritórios que aceitam ser sede de empresas de seus clientes, designando locais, em seu espaço interno, para esse efeito. Em outros casos, o advogado é diretor de empresa, não se encontrando no exercício da profissão. São alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional, não garantidas pela Constituição e pelas leis, quanto à inviolabilidade. Fora daí, invadir o escritório e apreender documentos físicos ou eletrônicos é abuso de direito, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem considerado geradora de prova ilícita.

(Walter Ceneviva, **Folha de S. Paulo**, 07/05/2005)

1. O autor do texto manifesta-se contra práticas policiais
 - (A) a que falta o respaldo básico de uma ordem judicial explícita.
 - (B) de respaldo ético indiscutível, já que amparadas por determinação judicial.
 - (C) que ferem direito garantido, inerente a toda prática profissional.
 - (D) em que há abuso da autoridade e extrapolação de uma ordem judicial.
 - (E) em que se ignora direito já reconhecido pela jurisprudência.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Quanto à sua inviolabilidade, o direito ao sigilo de médicos e de sacerdotes é garantido no inciso 19 do artigo 7º da Lei nº 8.906/94 e deveria, segundo o autor, ser estendido à prática advocatícia.
 - II. Para provar sua imparcialidade no tratamento da questão central de seu texto, o autor recusa-se a se valer de argumentos próprios à sua qualificação profissional.
 - III. Segundo o autor, a garantia de inviolabilidade do escritório de advocacia deixa de existir quando seu espaço for utilizado para o exercício de atividades outras.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) I.

3. No segundo parágrafo, lê-se: Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação.

Deve-se entender que a expressão sublinhada na frase remete diretamente a uma informação já explicitada no contexto:

- (A) a versão oficial nega as entradas forçosas.
- (B) o autor se declara parte interessada na questão de que trata.
- (C) o autor está em pleno exercício de seu ofício de jornalista.
- (D) a advocacia exige sempre qualificações específicas.
- (E) os dispositivos legais já citados são inequívocos.

<p>4. A frase em que a palavra sublinhada está empregada com o mesmo sentido com que se apresenta no texto é:</p> <p>(A) São providências duras mas <u>forçosas</u>, imprescindíveis neste momento.</p> <p>(B) Seria bom se reservássemos os <u>ingressos</u>, pois o solista goza de grande prestígio junto ao público.</p> <p>(C) Ele se valeu de razões <u>consistentes</u> e derrubou a frágil proposta da oposição.</p> <p>(D) Mostrou-se <u>constrangido</u> com o deslize que cometeu durante a sessão solene de posse do novo magistrado.</p> <p>(E) Nosso <u>constituente</u> está prestes a buscar outros advogados, caso não escolhamos outra estratégia de defesa.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase</p> <p>(A) (...) <i>alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional</i>, a forma verbal resultante será são tipificadas.</p> <p>(B) (...) <i>a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia</i>, a forma verbal resultante será foram praticadas.</p> <p>(C) (...) <i>a polícia tem apreendido papéis</i>, a forma verbal resultante será têm sido apreendidos.</p> <p>(D) <i>A advocacia exige qualificações específicas</i>, a forma verbal resultante será têm sido exigidas.</p> <p>(E) (...) <i>limitarei as anotações cabíveis aos campos da Constituição e da lei vigente</i>, a forma verbal resultante será terei limitado.</p>
<p>5. <i>Não é possível o exercício da advocacia se o cliente <u>não tiver confiança em que as informações passadas a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>A frase continuará formalmente correta caso se substituam as expressões sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) alimentar a desconfiança em que – compartilhadas de seu</p> <p>(B) presumir de que – confiadas ao seu</p> <p>(C) suspeitar de cujas – confidenciadas com seu</p> <p>(D) não supuser que – reveladas a seu</p> <p>(E) não confiar de que – transmitidas a seu</p>	<p>8. É possível alterar uma expressão do texto sem qualquer prejuízo para seu sentido e sua correção. Isto ocorre em</p> <p>(A) apreender documentos.</p> <p>(B) implique responsabilidade.</p> <p>(C) pois se tratam de ingressos autorizados.</p> <p>(D) atendidas às qualificações profissionais.</p> <p>(E) constrangê-lo ao informar.</p>
<p>6. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Configura-se nas freqüentes invasões dos escritórios de advocacia o desrespeito a prerrogativas constitucionais.</p> <p>(B) Não cabem às autoridades policiais valer-se de ordens superiores para justificar a violência dessas invasões.</p> <p>(C) Submetido com freqüência a esse tipo de constrangimento, os advogados se vêm forçados a revelar informações confidenciais de seus clientes.</p> <p>(D) Tem ocorrido, de uns tempos para cá, inúmeras entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia.</p> <p>(E) Se não lhes convém cumprir determinadas medidas, cabe aos advogados recorrer às instâncias superiores da justiça.</p>	<p>9. <i>Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente <u>não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>Permanecerá correta a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) seria possível – não tenha – são</p> <p>(B) será possível – não ter – serão</p> <p>(C) teria sido possível – não tenha – são</p> <p>(D) seria possível – não tivesse – fossem</p> <p>(E) será possível – não teria – sejam</p>

<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Segundo a versão oficial, as entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia não constituem abuso de autoridade, uma vez que são determinadas por ordem judicial.</p> <p>(B) Os escritórios de advogado aonde funcionam sedes de empresas, não configuram um caso de sigilo profissional, uma vez que se prestam ao exercício de uma função estranha à sua finalidade.</p> <p>(C) Havendo constrangimento do advogado ao informar fatos que só dizem respeito aos seus clientes, traíndo sua confiança, fica impossível exercerem a profissão que lhes compete.</p> <p>(D) A menos que seja previsto como um caso de exercício diverso da advocacia, as situações regulares dos escritórios de advogados impõem o respeito ao direito de sigilo.</p> <p>(E) Note-se que na jurisprudência, do âmbito do Supremo Tribunal Federal, tem sido resguardado o sigilo na apreensão de documentos, entendida como fragilante abuso de autoridade.</p>	<p>13. Quanto à necessidade ou não do sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Esse grande físico não pertenceu àquele grupo de cientistas que se mantinham a margem das contingências, desatentos ao mundo à sua volta.</p> <p>(B) Einstein não se limitou à escrever textos científicos; lançou-se à roda dos grandes debates políticos internacionais, à cuja órbita se prendiam as decisões cruciais do pós-guerra.</p> <p>(C) O cerceamento à liberdade, nos regimes totalitários, leva a indignação coletiva às alturas quando os que mais têm a dizer são intimados a calar-se.</p> <p>(D) Não cabe à qualquer pessoa levar a cabo uma experiência científica, mas à toda gente cabe decidir sobre o emprego que se dará às novas ferramentas da ciência.</p> <p>(E) Com os nervos à flor da pele, assistimos na TV à uma cena em que um homem rude, promovido a condição de milagreiro, dava início a tão anunciada intervenção cirúrgica.</p>
<p>11. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Tenho sempre saudades dos tios, que tanto fizeram por mim.</p> <p>II. Ela me passou as informações, apenas, necessárias para a inscrição no concurso.</p> <p>III. Durante o dia todo, ela ficou se lastimando por não haver cumprido a promessa.</p> <p>A supressão de vírgula(s) altera o sentido do que está em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>14. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Retirei da biblioteca um romance de sucesso.</p> <p>II. A leitura do romance não me empolgou.</p> <p>III. Ao devolvê-lo, comentei minha impressão com a bibliotecária.</p> <p>As frases acima estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:</p> <p>(A) A leitura do romance de sucesso que retirei da biblioteca não me empolgou, conforme a impressão que comentei ao devolvê-lo com a bibliotecária.</p> <p>(B) Ao devolver à biblioteca o romance de sucesso retirado, comentei com a bibliotecária minha impressão de leitura, em cuja não conseguira me empolgar.</p> <p>(C) Não me empolgou a leitura do romance de sucesso que retirara da biblioteca, e ao devolvê-lo comentei com a bibliotecária essa minha impressão.</p> <p>(D) Comentei com a bibliotecária, quando o devolvi, a impressão de que não me empolgaria a leitura daquele romance de sucesso, que retirei na biblioteca.</p> <p>(E) Apesar de ter retirado na biblioteca o romance de sucesso, em cuja leitura não me empolguei, acabei por comentar tal impressão com a bibliotecária quando o devolvera.</p>
<p>12. A frase em que NÃO há ambigüidade de sentido é:</p> <p>(A) Esse é o tipo de técnico de um time que ninguém deseja que se torne campeão.</p> <p>(B) Ele é o autor de romance que faz enorme sucesso junto ao público feminino.</p> <p>(C) A razão que ela me deu para ingressar em sua associação só me fez desconfiar ainda mais dela.</p> <p>(D) Gostaria que você consultasse sua mãe, antes de ceder sua chácara por ocasião da nossa formatura.</p> <p>(E) Quando ela me entregou a carta, percebi logo que as notícias não deviam ser as mais alvissareiras.</p>	<p>15. É injustificável a forma plural do verbo haver no caso da seguinte frase:</p> <p>(A) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las.</p> <p>(B) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca.</p> <p>(C) Que haverão eles cometido, para despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?</p> <p>(D) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?</p> <p>(E) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.</p>

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

Um meio-elogio à meia-idade

Parece que se foi o tempo em que ancião significava experiência, que o sábio da tribo era um velho, que o idoso era ouvido pelos jovens e que a literatura fazia o elogio da velhice, como fez o sessentão Cícero, 44 anos antes de Cristo, em **De senectute**. Hoje, o novo **De senectute**, de Norberto Bobbio, é um belíssimo livro, mas triste e pessimista. “Quem louva a velhice não a viu de perto”, ele escreveu.

Não estou entre os que fazem o elogio irrestrito de uma fase da vida em que até o prefixo é traiçoeiro – sexagenário não tem nada a ver com sexo, se é que se precisa avisar. Mas também não acho que é o pior dos tempos, principalmente quando se lembra que a adolescência, tão idealizada a distância, é uma das fases mais atormentadas da existência. Nem sempre é a idade que faz a vida feliz ou infeliz, mas a cabeça, assim como o que faz mal à saúde é a doença, e não a idade.

(Zuenir Ventura, **Crônicas de um fim de século**)

16. Depreende-se do texto que o autor **não aceita** a seguinte antinomia, muito presente no senso comum:

- (A) A sabedoria dos velhos prima pela paciência, enquanto a alegria dos jovens manifesta-se pela ansiedade.
- (B) Vive-se, na adolescência, a euforia da plena felicidade, ao passo que a melancolia dá o tom definitivo à velhice.
- (C) A felicidade é um atributo do corpo jovem, mas a consciência feliz pertence ao velho experiente.
- (D) Embora não haja sexualidade na velhice, há sessentões mais felizes do que os jovens.
- (E) Somente a distância é que os adolescentes são felizes; a adolescência, vista de perto, é uma fase de tormentos.

17. É adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Parece que desapareceram as convicções onde a velhice era sinônimo de ser mais sábio, ou em que ser jovem era uma garantia de felicidade.
- (B) O esclarecimento em cujo a palavra sexagenário nada tem a ver com sexo é um lance de ironia com que o autor se valeu para dar leveza ao tema.
- (C) A adolescência é uma época de onde mais tarde emergirão recordações às quais nem sempre constituirão lembranças felizes.
- (D) Pode-se preferir a velhice do que a juventude, mas Bobbio assevera de que, nesse caso, não se viu a velhice de perto.
- (E) Os traumas por que tantas vezes passam os jovens são esquecidos, mas não os momentos em que lograram ser felizes.

18. Conserva-se o sentido da frase original, numa redação correta, em:

- I. *Não estou entre os que fazem elogio irrestrito de uma fase da vida* = Não me coloco dentre os que exaltam uma irreversível fase da vida.
- II. *Até o prefixo é traiçoeiro* = Mesmo o prefixo induz a equívoco.
- III. *Quem louva a velhice não a viu de perto* = Quem otimiza a velhice não consegue encará-la.

Completa corretamente o enunciado SOMENTE o que está em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

19. Estão corretos o emprego e a forma dos verbos na frase:

- (A) Ainda que retêssemos apenas lembranças felizes, as más lembranças não tardariam a incorrer em nossa consciência.
- (B) Se a adolescência nos provisse apenas de momentos felizes, a ninguém conviria esperar pelos bons momentos da velhice.
- (C) Se a um velho só lhe aprouver o lamento pelo tempo que já passou, caber-lhe-á algo melhor que o temor do futuro?
- (D) Costuma ser repellido o adulto experiente que intervir na conduta de um jovem desorientado para tentar ratificar o rumo de sua vida.
- (E) Sempre conviu ao homem primitivo orientar-se pela sabedoria dos anciãos, ao passo que hoje poucos idosos conseguem fazer-se ouvido.

20. Está correto o emprego de ambos os segmentos sublinhados na frase:

- (A) Juventude é, hoje, uma palavra mágica: consideramo-lhe um talismã, nela atribuímos o condão de uma chave que abre todas as portas.
- (B) Quanto ao passado, deixar-lhe em paz, pois se os dias não voltam não há como interferir-lhes.
- (C) Se há dias bons na juventude, não os queiramos emprestar um valor absoluto, pois a eles se alternaram dias infelizes.
- (D) Quanto aos jovens, poupemo-los de aconselhamentos a que não podem ou não sabem dar ouvidos.
- (E) Se é para mim escolher entre o tumulto do jovem e a serenidade do velho, prefiro esta a aquele.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O princípio básico que objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesões aos direitos fundamentais, denomina-se

- (A) motivação.
- (B) razoabilidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) coercibilidade.
- (E) imperatividade.

22. Como uma das causas justificadoras da inexecução do contrato administrativo, o fato do príncipe caracteriza-se como sendo

- (A) toda determinação estatal, positiva ou negativa geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato.
- (B) o ato individual emanado do Poder Público que, reflexamente ou não, desequilibra a economia do contrato, impedindo a sua parcial execução.
- (C) toda ação ou omissão do Poder Público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda ou impede a sua execução.
- (D) ocorrências materiais não cogitadas pelas partes na celebração do contrato, mas que surgem no decorrer da sua execução.
- (E) eventos materiais imprevisíveis e inevitáveis, criando para o contratado a impossibilidade intransponível para a execução do objeto contratual.

23. Observadas as demais condições legais, a licitação é dispensável nas seguintes hipóteses, sem a estas se limitar:

- I. Aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos por vendedor exclusivo.
- II. Restauração de obras de arte e objetos históricos.
- III. Contratação de instituição brasileira dedicada à recuperação social do preso.
- IV. Serviços técnicos especializados de publicidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

24. Afrodite, servidora pública, aposentada por invalidez quando do exercício de suas funções perante o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, ao ser submetida à junta médica oficial, cujo laudo declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, retornará à atividade mediante ato de

- (A) transposição.
- (B) readaptação.
- (C) recondução.
- (D) reintegração.
- (E) reversão.

25. A certidão negativa de tributos imobiliários expedida pela Prefeitura Municipal de Manaus é portadora de *fé pública*, em decorrência do

- (A) atributo da legalidade.
- (B) requisito da auto-executoriedade.
- (C) princípio da moralidade.
- (D) atributo da presunção de legitimidade.
- (E) requisito da competência.

26. Com relação ao teto de remuneração do servidor público, NÃO serão excluídas, dentre outras, as seguintes vantagens:

- (A) adicionais pelo exercício de atividades insalubres e pela prestação de serviços extraordinários.
- (B) retribuição pelo exercício de função de direção e de chefia.
- (C) adicionais de férias e por tempo de serviço.
- (D) retribuições pelo exercício de função de assessoramento e adicional noturno.
- (E) gratificação natalina e adicional de periculosidade.

27. No decorrer do procedimento licitatório pertinente à modalidade de concorrência, ao ser analisada a documentação apresentada pelos licitantes para ser aferida a capacidade jurídica, a capacidade técnica, a idoneidade econômico-financeira e a regularidade fiscal, compete à Comissão de Julgamento

- (A) habilitar os licitantes que atenderem todas as exigências constantes no edital, ou inabilitar aqueles que deixaram de atender pelo menos parte do exigido.
- (B) desclassificar as propostas comerciais que não atenderem total ou parcialmente as exigências editalícias.
- (C) qualificar os licitantes para avaliação dos documentos após o julgamento das propostas comerciais.
- (D) desqualificar os licitantes que deixaram de atender pelo menos parte dos documentos exigidos, qualificando os demais.
- (E) submeter a documentação à decisão da autoridade superior, mediante manifestação fundamentada.

<p>28. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições e, notadamente,</p> <p>(A) frustrar a licitude de concurso público e ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.</p> <p>(B) facilitar a permuta de bem por preço superior ao de mercado e praticar ato visando a fim proibido em lei.</p> <p>(C) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício e negar publicidade aos atos oficiais.</p> <p>(D) agir negligentemente na arrecadação de tributos e rendas e revelar fato de que tem ciência em razão das atribuições.</p> <p>(E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo e dispensar o processo licitatório indevidamente.</p>	<p>31. Compete privativamente à União legislar sobre</p> <p>(A) orçamento.</p> <p>(B) juntas comerciais.</p> <p>(C) direito econômico.</p> <p>(D) custas dos serviços forenses.</p> <p>(E) seguridade social.</p>
<p>29. Entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos no artigo 5º da CF, inclui-se:</p> <p>(A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendida aos sucessores e contra eles executadas.</p> <p>(B) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo regulamentado pelo Poder Público o exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.</p> <p>(C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical e entidade de classe.</p> <p>(D) conceder-se-á <i>habeas data</i> sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.</p> <p>(E) a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.</p>	<p>32. Com relação à administração pública, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.</p> <p>(B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.</p> <p>(C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.</p> <p>(D) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.</p> <p>(E) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.</p>
<p>30. São brasileiros naturalizados</p> <p>(A) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa a residência por cinco anos ininterruptos, e ausência de condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos, ininterruptos ou não, e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(D) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.</p> <p>(E) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, exigida a residência na República Federativa do Brasil apenas por um ano ininterrupto e idoneidade moral, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p>	<p>33. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e</p> <p>(A) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.</p> <p>(B) subsidiário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, excluindo-se o ente público.</p> <p>(C) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos e inativos, excluindo-se os pensionistas.</p> <p>(D) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, excluindo-se os servidores inativos e os pensionistas.</p> <p>(E) subsidiário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos, excluindo-se os pensionistas.</p> <p>34. Dentre outras hipóteses, o processo legislativo compreende a elaboração de emenda à Constituição Federal. Sobre isso, é correto afirmar que a</p> <p>(A) Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que advenha de proposta do Presidente da República.</p> <p>(B) Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(C) matéria constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(D) proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em apenas um turno, considerando-se aprovada se obtiver votos da maioria absoluta de seus respectivos membros.</p> <p>(E) emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembléias Legislativas, com o respectivo número de ordem.</p>

35. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Com relação às medidas provisórias, é correto afirmar:

- (A) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (B) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos, aos partidos políticos, ao direito eleitoral, ao direito penal, ao processual penal e ao processual civil.
- (C) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, à carreira e à garantia de seus membros.
- (D) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (E) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta perderá automaticamente a vigência, inclusive antes de sancionado ou vetado o projeto.

36. Considere as proposições:

- I. À Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- II. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- III. A Justiça do Trabalho não possui competência para processar e julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

37. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de,

- (A) no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (B) no máximo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (C) no máximo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos.
- (D) no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (E) no mínimo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos.

38. Com relação à seguridade social, é correto afirmar que

- (A) as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.
- (B) as contribuições sociais do importador de bens ou serviços do exterior, bem como as contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos não são fontes de receita da seguridade social.
- (C) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão de orçamento próprio, integrando o orçamento da União.
- (D) as contribuições das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei fazem parte das receitas da seguridade social.
- (E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, como estabelecido em lei.

39. Se, no curso do processo, se tornar litigiosa a relação jurídica, de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide,

- (A) apenas o réu poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- (B) apenas o autor poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- (C) qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- (D) o juiz, após a oitiva do Ministério Público, a declarará de ofício e por sentença.
- (E) o juiz deverá declará-la de ofício e por despacho.

<p>40. Considere as proposições:</p> <p>I. A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver.</p> <p>II. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular, assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.</p> <p>III. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de quinze dias, prorrogável até outros quinze, por despacho do juiz.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>	<p>43. Em um processo em que o autor é um incapaz, o Ministério Público não foi intimado a acompanhar o feito e a intervir. Nesse caso,</p> <p>(A) não é nulo o processo, devendo o Ministério Público ser intimado para acompanhar o processo somente em grau de recurso.</p> <p>(B) não é nulo o processo, uma vez que a intervenção do Ministério Público no caso de o autor ser incapaz é facultativa.</p> <p>(C) é nulo o processo e o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.</p> <p>(D) é nulo o processo e o juiz o anulará desde a citação da parte contrária para responder.</p> <p>(E) não é nulo o processo, uma vez que o Ministério Público pode intervir em qualquer processo independentemente de intimação.</p>
<p>41. O advogado</p> <p>(A) pode examinar, em secretaria de Tribunal, autos de qualquer processo, mesmo se não tramitar em segredo de justiça, somente se tiver procuração de qualquer das partes.</p> <p>(B) tem o direito de retirar os autos de cartório, pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar neles por determinação do juiz, independentemente de carga.</p> <p>(C) pode receber quitação, transigir, desistir da ação ou renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, sem poderes especiais, se tiver procuração geral para o foro conferida por instrumento público pela parte.</p> <p>(D) pode examinar, em cartório de justiça, autos de qualquer processo, mesmo se não tramitar em segredo de justiça, somente se tiver procuração de qualquer das partes.</p> <p>(E) poderá retirar os autos de cartório de justiça, sendo o prazo comum às partes, somente em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição com o advogado da parte contrária.</p>	<p>44. Ao verificar que, da petição inicial, não consta o pedido com suas especificações, o juiz</p> <p>(A) fixará ele próprio o pedido, tendo em conta os fatos expostos.</p> <p>(B) indeferirá desde logo a petição inicial.</p> <p>(C) determinará a citação do réu para responder.</p> <p>(D) determinará que o autor a complete no prazo de dez dias.</p> <p>(E) julgará extinto o processo com exame do mérito.</p>
<p>42. Na direção do processo, o juiz</p> <p>(A) poderá determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo.</p> <p>(B) não poderá indeferir diligências que considerar inúteis.</p> <p>(C) só poderá determinar a produção de provas a requerimento das partes.</p> <p>(D) poderá eximir-se de sentenciar alegando lacuna ou obscuridade da lei.</p> <p>(E) não poderá indeferir diligências que considerar meramente protelatórias.</p>	<p>45. Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando</p> <p>(A) o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.</p> <p>(B) o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.</p> <p>(C) o autor abandonar a causa por mais de trinta dias, por não promover os atos e diligências que lhe competir.</p> <p>(D) se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.</p> <p>(E) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.</p> <p>46. A sentença que julgar procedentes os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, em regra,</p> <p>(A) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mas transita em julgado e produz efeito se a Fazenda Pública não recorrer da decisão.</p> <p>(B) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.</p> <p>(C) não está sujeita ao duplo grau de jurisdição se os embargos forem julgados parcialmente procedentes.</p> <p>(D) está sujeita ao duplo grau de jurisdição somente se a decisão se fundar em matéria de direito e não de fato.</p> <p>(E) está sujeita ao duplo grau de jurisdição somente se a decisão se fundar em matéria de fato e não de direito.</p>

<p>47. Isis, juíza de direito, ao proferir uma sentença de mérito erra nos cálculos da indenização arbitrada. Nesse caso,</p> <p>(A) poderá corrigir a sentença de mérito somente a requerimento do Ministério Público.</p> <p>(B) não poderá corrigir a sentença de mérito porque acabou o seu ofício jurisdicional, cabendo às partes recorrerem da decisão.</p> <p>(C) não poderá corrigir a sentença de mérito, mas poderá remeter de ofício o processo para a instância superior.</p> <p>(D) poderá corrigir a sentença de ofício ou a requerimento de qualquer uma das partes.</p> <p>(E) poderá corrigir a sentença de mérito somente a requerimento do autor e com a concordância expressa do réu.</p>	<p>50. No processo trabalhista, a penhora de bens do executado poderá realizar-se</p> <p>(A) exclusivamente nos dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário comercial, sendo imprescindível a autorização do juiz.</p> <p>(B) em todos os dias, inclusive nos domingos e feriados, das 9 às 18 horas, em quaisquer processos, independentemente de autorização do juiz.</p> <p>(C) nos dias úteis, das 6 às 20 horas, e, mediante autorização expressa do juiz, também nos domingos e feriados.</p> <p>(D) nos dias úteis, de 2ª a 6ª feira, das 13 às 17 horas, e aos sábados, mas nunca aos domingos.</p> <p>(E) em quaisquer dias, inclusive sábados, domingos e feriados, das 9 às 19 horas, independentemente de autorização do juiz.</p>
<p>48. A respeito do mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A decisão que denegar o mandado de segurança impedirá o requerente de pleitear seus direitos por ação própria.</p> <p>(B) A inicial será desde logo indeferida, quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum requisito legal.</p> <p>(C) Da sentença que conceder o mandado de segurança cabe recurso de apelação.</p> <p>(D) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.</p> <p>(E) Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo <i>habeas corpus</i>.</p>	<p>51. As nulidades, nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho,</p> <p>(A) não serão declaradas salvo quando resultar dos atos atacados manifesto prejuízo a algum dos litigantes.</p> <p>(B) em quaisquer hipóteses poderão ser decretadas <i>ex officio</i> pelo juiz ou Tribunal.</p> <p>(C) não poderão ser declaradas <i>ex officio</i> pelo juiz ou Tribunal.</p> <p>(D) poderão ser pronunciadas mesmo que tenham sido argüidas pela parte que lhes deu causa.</p> <p>(E) poderão ser decretadas depois de proferido o indispensável parecer do Ministério Público.</p>
<p>49. No processo trabalhista, a compensação ou retenção</p> <p>(A) poderá ser argüida em qualquer fase do processo, até mesmo na execução definitiva da sentença.</p> <p>(B) só poderá ser argüida como matéria de defesa.</p> <p>(C) poderá ser argüida em qualquer momento, até que a sentença seja proferida pelo juiz de 1ª instância.</p> <p>(D) poderá ser argüida em qualquer momento, até que a sentença tenha transitado em julgado.</p> <p>(E) não poderá ser argüida em momento algum.</p>	<p>52. Só suspendem o andamento normal dos processos trabalhistas as exceções de</p> <p>(A) coisa julgada e de litispendência.</p> <p>(B) coisa julgada e de incompetência.</p> <p>(C) litispendência e de incompetência.</p> <p>(D) incompetência e de suspeição.</p> <p>(E) suspeição e de coisa julgada.</p>

<p>53. Na hipótese em que o empregador alegar abandono de emprego, cabe ao</p> <p>(A) reclamante comprovar que foi efetivamente despedido.</p> <p>(B) Ministério Público verificar se há indícios do abandono.</p> <p>(C) empregado demonstrar que não abandonou o emprego.</p> <p>(D) juiz examinar a qual das partes caberá o ônus da prova.</p> <p>(E) empregador provar que se caracterizou o abandono.</p>	<p>57. A execução, no processo trabalhista, poderá ser promovida</p> <p>(A) parte diretamente interessada, de forma exclusiva.</p> <p>(B) pelo Ministério Público, apenas.</p> <p>(C) por qualquer interessado ou <i>ex officio</i> pelo juiz.</p> <p>(D) por determinação do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) pela Vara de Execuções.</p>
<p>54. No processo trabalhista, o mandado de citação dá ao executado um prazo para que faça o pagamento ou garanta a execução, sob pena de penhora. Este prazo é de</p> <p>(A) 24 horas.</p> <p>(B) 48 horas.</p> <p>(C) 72 horas.</p> <p>(D) 5 dias.</p> <p>(E) 8 dias.</p>	<p>58. Nos processos trabalhistas, iniciada a execução, a citação será feita por</p> <p>(A) via postal normal.</p> <p>(B) SEDEX.</p> <p>(C) telegrama urgente.</p> <p>(D) e-mail.</p> <p>(E) oficial de justiça.</p>
<p>55. Submetem-se ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais que, na data do ajuizamento da reclamação, tenham um valor que não exceda a</p> <p>(A) 60 salários mínimos.</p> <p>(B) 50 salários mínimos.</p> <p>(C) 40 salários mínimos.</p> <p>(D) 30 salários mínimos.</p> <p>(E) 20 salários mínimos.</p>	<p>59. Nos processos trabalhistas em que for pleiteada a reintegração no emprego de dirigente sindical, a apreciação da medida liminar será competência do</p> <p>(A) Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) Juiz da Vara do Trabalho.</p> <p>(C) Juiz Relator a quem tiver sido distribuído o processo.</p> <p>(D) Juiz Presidente da Turma do Tribunal.</p> <p>(E) Juiz da Justiça Federal.</p>
<p>56. Nos termos da lei, se a testemunha for servidor público, civil ou militar, e tiver de depor em horário de serviço,</p> <p>(A) deverá solicitar, diretamente ao seu chefe imediato, a devida autorização para se ausentar do serviço.</p> <p>(B) deverá ser avisada pela parte interessada para comparecer à audiência.</p> <p>(C) deverá ser conduzida coercitivamente à Vara para prestar seu depoimento.</p> <p>(D) será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência.</p> <p>(E) será intimada pelo oficial de justiça da Vara para comparecer à audiência.</p>	<p>60. Para que a empresa reclamada possa preparar sua contestação, entre a data do recebimento da citação e a data da realização da audiência deve haver prazo mínimo de</p> <p>(A) 5 dias.</p> <p>(B) 10 dias.</p> <p>(C) 15 dias.</p> <p>(D) 20 dias.</p> <p>(E) 30 dias.</p>